

O MITO DA DESTERRITORIALIZAÇÃO ECONÔMICA*

ROGÉRIO HAESBAERT

Universidade Federal Fluminense

TATIANA TRAMONTANI RAMOS

Mestranda – Programa de Pós-Graduação em Geografia – UFF

Um dos discursos “espaciais” mais em voga nos anos 90, e que se estende ainda hoje no âmbito de vários debates sobre a “sociedade em rede” e a “pós-modernidade”, é o discurso da desterritorialização. Três grandes vertentes interpretativas podem ser aí identificadas, associadas a pelo menos três dimensões sociais: a cultural ou simbólica, em sentido mais estrito, a política e a econômica.

Trabalhamos com a distinção entre uma desterritorialização de “matriz” predominantemente econômica, outra de matriz política e uma terceira de matriz cultural mas isto não significa adotarmos uma posição estruturalista que distingue de forma nítida esses componentes, indissociáveis enquanto dimensões ou perspectivas do social. Esta diferenciação está ligada especialmente ao fato de que os próprios discursos sobre a desterritorialização por nós analisados, na maioria das vezes assumem essa separação e devem, como tal, ser sistematizados.

Explícita ou implicitamente, essas dimensões estão vinculadas a diferentes concepções de território. Podemos ampliar a questão afirmando que se trata de respostas diferentes a um mesmo processo de des-territorialização. Se entendermos território no sentido amplo em que aparece associado aos processos de dominação e/ou apropriação do espaço, reelaborando os termos de Lefebvre (1984) para a produção do espaço, podemos afirmar que os objetivos ou as razões desta produção e controle (ou des-controle, no caso de incluir a desterritorialização) podem ser os mais diversos, envolvendo fatores de natureza predominantemente econômica, política e/ou cultural.

* O presente artigo é uma versão revisada e ampliada do capítulo de mesmo título em “O mito da desterritorialização” (Haesbaert, 2004), no prelo quando da redação deste artigo.

Para alguns, a problemática que se coloca é a mobilidade crescente do capital e das empresas – a desterritorialização seria um fenômeno sobretudo de natureza econômica; para outros, a grande questão é a crescente permeabilidade das fronteiras nacionais – a desterritorialização seria assim um processo primordialmente de natureza política; enfim, para os mais “culturalistas”, a desterritorialização estaria ligada, acima de tudo, à disseminação de uma hibridização de culturas, dissolvendo os elos entre um determinado território e uma identidade cultural correspondente. Problematizaremos aqui os discursos dentro da perspectiva econômica da desterritorialização, abordando em outro trabalho (HAESBAERT, 2004) as dimensões política e cultural.

No âmbito específico da economia que, como sabemos, não é o campo de maior tradição nos debates sobre território, podemos observar que o fenômeno da desterritorialização aparece em várias análises, porém na maioria das vezes de forma implícita ou sob outros rótulos. A fragmentação e fragilização que atingiram o campo do trabalho e da produção nas últimas décadas podem ser consideradas, entretanto, componentes essenciais para configurar aquilo que a maioria dos autores denomina como processos de desterritorialização, mesmo entre muitos que os enfocam em um sentido extra-econômico.

Tal como ocorre em relação ao debate sobre a (pós)modernidade, também em relação ao tema da globalização muitos autores o associam, direta ou indiretamente, a processos de “desterritorialização”. Assim, seria sobretudo através das relações econômicas, capitalistas, especialmente no que se convencionou chamar de globalização econômica e, mais enfaticamente, no campo financeiro e nas atividades mais diretamente ligadas ao “ciberespaço”, que se dariam os principais mecanismos de destruição de barreiras ou de “fixações” territoriais. Podemos identificar pelo menos três perspectivas da desterritorialização sob o ponto de vista econômico:

- Num sentido mais amplo, a desterritorialização é vista praticamente como sinônimo de globalização econômica ou, pelo menos, como um de seus vetores ou características fundamentais, na medida em que ocorre a formação de um mercado mundial com fluxos comerciais, financeiros e de informações cada vez mais independentes de bases territoriais bem definidas, como as dos Estados nações.
- Numa interpretação um pouco mais restrita, a ênfase é dada a um dos momentos do processo de globalização – ou ao mais típico – aquele do chamado capitalismo pós-fordista ou de acumulação flexível, flexibilidade esta que seria responsável pelo enfraquecimento das bases territoriais ou, mais amplamente, espaciais, na estruturação geral da economia, em especial na lógica locacional das empresas e no âmbito das relações de trabalho (precarização dos vínculos entre trabalhador e empresa, por exemplo); daí também a proposta simplista de desterritorialização como sinônimo de “deslocalização”, enfatizando o caráter “multilocacional” das empresas, que seriam cada vez mais autônomas em relação às condições locais/territoriais de instalação.

- Num sentido ainda mais restrito, desterritorialização seria um processo vinculado notadamente a um setor específico da economia globalizada, o setor financeiro, onde a tecnologia informacional tornaria mais evidentes tanto a imaterialidade quanto a instantaneidade (e a superação do entrave distância) nas transações, permitindo assim a circulação de capital (puramente especulativo) em “tempo real”¹.

Desterritorialização e globalização

Se formos nos reportar à história, há referências indiretas ao fenômeno da desterritorialização desde antes da chamada modernidade ocidental. Mas é no período moderno, dentro de uma dinâmica capitalista cada vez mais acelerada, que o processo efetivamente ganha destaque. Assim, para discutir a desterritorialização do ponto de vista daqueles que a priorizam enquanto fenômeno de ordem econômica, podemos partir, em primeiro lugar, do debate sobre a globalização, já que não são poucos os autores que fazem uma associação direta entre globalização (ou “ordem global”, como se referiu Milton Santos) e desterritorialização.

Provavelmente o primeiro grande autor que deu uma ênfase clara à fundamentação econômica do processo global-desterritorializador foi Karl Marx. Em seu discurso, a ausência do termo não impede a profunda análise das formas com que o modo de produção capitalista “desterritorializa” os modos de produção preexistentes para reterritorializar segundo sua própria dinâmica. A expropriação do campesinato, transformado em trabalhador “livre” em meio a fenômenos como a apropriação privada da terra e a concentração fundiária e, no outro extremo da pirâmide social, a velocidade com que os estratos mais privilegiados da burguesia destroem e reconstróem o espaço social, sob o famoso dito de que “tudo que é sólido desmancha no ar, tudo que é sagrado é profanado”, seriam as referências mais marcantes do movimento de des-re-territorialização capitalista.

A noção marxista de “trabalhador livre” envolve, de várias formas, uma concepção implícita de desterritorialização, na medida em que esses “vendedores da própria força de trabalho” são:

(...) trabalhadores livres no duplo sentido, porque não pertencem diretamente aos meios de produção, como os escravos, os servos etc., nem os meios de produção lhes pertencem, como, por exemplo, o camponês economicamente autônomo etc., estando, pelo contrário, livre, soltos e desprovidos deles. (...) A assim chamada acumulação pri-

¹. Poderíamos inserir aqui, também, aqueles setores da economia (serviços, especialmente) estruturados cada vez mais em torno do chamado teletrabalho, que pode até mesmo prescindir da própria sede física da empresa (a este respeito, v. Ferreira, 2003).

mitiva é, portanto, nada mais que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção. [leia-se: desterritorialização] (MARX, 1984:262)

Em outras palavras, na ótica do materialismo histórico podemos dizer que a primeira grande desterritorialização capitalista relaciona-se à sua própria origem, seu “ponto de partida” que é a chamada acumulação primitiva de capital, separando produtor e meios de produção. Trata-se da “expropriação do povo do campo de sua base fundiária” e sua transformação em trabalhador livre rumo ao assalariamento nas cidades. A dissociação entre trabalhador e “controle” (*domínio e apropriação*) dos meios de produção (da terra para cultivar à fábrica ou aos instrumentos para produzir) pode ser vista como a grande desterritorialização, imprescindível, de qualquer modo, à construção e à reprodução do capitalismo.

Negri e Hardt (2001:348) reconhecem três aspectos primários já presentes no próprio Marx e que marcam o caráter “desterritorializante e imanente” do capitalismo:

- a liberação de populações de seus territórios na realização da acumulação primitiva, criando um “proletariado ‘livre’”;
- unificação do valor em torno do dinheiro, seu equivalente geral, referência quantitativa frente à qual praticamente tudo passará a ser avaliado;
- estabelecimento de um conjunto de leis “historicamente variáveis imanentes ao próprio funcionamento do capital”, como as leis de taxas de lucro, taxas de exploração e de realização da mais valia.

Esses teriam sido como que pré-requisitos para o gradativo processo de globalização que vai se definir, antes de tudo, pela ruptura de fronteiras, de limites e condicionamentos locais, pela expansão de uma dinâmica de concentração e acumulação de capital a nível mundial, numa integração e num cosmopolitismo generalizados. Como profetizavam Marx e Engels:

Impelida pela necessidade de mercados sempre novos, a burguesia invade todo o globo terrestre. Necessita estabelecer-se em toda parte, explorar em toda parte, criar vínculos em toda parte. Pela exploração do mercado mundial, a burguesia imprime um caráter cosmopolita à produção e ao consumo em todos os países. (...) As velhas indústrias nacionais foram destruídas e continuam a ser destruídas diariamente. São suplantadas por novas indústrias, cuja introdução se torna uma questão vital para todas as nações civilizadas – indústrias que já não empregam matérias-primas nacionais, mas sim matérias-primas vindas das regiões mais distantes, e cujos produtos se consomem não somente no próprio país mas em todas as partes do mundo. (...) No lugar do antigo isolamento de regiões e nações auto-suficientes, desenvolvem-se um intercâmbio universal e uma universal interdependência das nações. E isto se refere tanto à produção material como à produção intelectual. As criações intelectuais de uma nação tornam-se patrimônio comum. (MARX e ENGELS, 1998: 43)

Entretanto, mesmo com toda a sua vocação global, tão bem retratada nesse trecho do Manifesto Comunista, o capitalismo não alimenta apenas uma dinâmica desterritorializadora, reafirmando a tese de Deleuze e Guattari (1972) de que todo processo de desterritorialização está sempre vinculado a uma dinâmica de reterritorialização. Fica evidente que, ao criar a nova “interdependência” e ao conectar, econômica e culturalmente, as regiões mais longínquas, está-se estruturando uma nova organização territorial, uma espécie de “território-mundo” globalmente articulado. E este “território-mundo” tem como um elemento comum um sistema de códigos e signos igualmente criados pelo capitalismo. Em outras palavras, o capitalismo para ser hegemônico precisa de coesão e esta vai se dar, sobretudo, por meio de uma homogeneização dos códigos e signos utilizados, para que se configure o território-global ou território-mundo. Mas estes códigos não surgem espontaneamente com o novo sistema, eles são criados a partir da destruição de códigos antigos, ou seja, ocorre uma re-codificação ou sobre-codificações sucessivas.

Por exemplo, a criação de novos sistemas de medição de valor, novos critérios para as relações de troca de bens e produtos, novos padrões de consumo (que vão passar pela modificação de padrões estéticos, de criação de desejos individuais e coletivos etc.), até mesmo novos julgamentos de necessidade. Como sugerem Guattari e Rolnik (1986: 39):

O Capitalismo Mundial Integrado (CMI) afirma-se em modalidades que variam de acordo com o país ou com a camada social, através de uma dupla opressão. Primeiro pela repressão direta no plano econômico e social - o controle da produção de bens e das relações sociais através de meios de coerção material externa e sugestão de conteúdos de significação. A segunda opressão, de igual ou maior intensidade que a primeira, consiste em o CMI instalar-se na própria produção de subjetividade: uma imensa máquina produtiva de uma subjetividade industrializada e nivelada em escala mundial tornou-se dado de base na formação da força coletiva de trabalho e da força de controle social coletivo.

Esse novo sistema de codificação ou sobre-codificação remete à organização territorial (global) que passa a ganhar novos significados, funções, possibilidades, padrões, enfim, sucessivos processos de des-re-territorialização.

Podemos dizer que o capitalismo já nasce virtualmente global, ou seja, sem uma base territorial restrita, bem definida, mas que, para realizar efetivamente sua vocação globalizadora, ele recorre a diferentes estratégias territoriais, especialmente aquela que faz apelo ao ordenamento geográfico estatal. A interferência “cíclica” do Estado, sempre como uma faca de dois gumes, na contradição que lhe é inerente entre a defesa de interesses públicos e privados, atua no mínimo como um sério complicador neste jogo entre abertura e (relativo) fechamento de fronteiras.

Hirst e Thompson (1998), por exemplo, questionam a passagem de uma economia inter-nacional para uma economia globalizada. Para eles, grandes potências,

em especial os Estados Unidos, “permanecem como o único avalista possível do sistema de livre comércio mundial (...) e, portanto, a abertura dos mercados globais depende da política americana”, com o dólar continuando a ser “o intermediário do comércio mundial”. (p. 33) No confronto entre uma economia internacional e uma economia globalizada, que para eles ainda não se manifestou em sentido estrito, os autores afirmam:

(...) o oposto de uma economia globalizada não é uma economia voltada para dentro, mas um mercado mundial aberto, baseado nas nações comerciais e regulado, em maior ou menor grau, pelas políticas públicas dos Estados-nação e pelas agências supranacionais. Uma economia assim tem existido de uma forma ou de outra desde os anos 1870, e continua a reemergir, apesar de grandes contratemplos, sendo o mais sério a crise dos anos 30. A questão é que isso não deveria ser confundido com uma economia global (p. 36)

Assim, apesar de alguns exageros de generalização nas interpretações de Hirst e Thompson, a máxima de que “o capital não tem pátria” deve ser relativizada. Embora, mesmo com seu papel redistributivo, nunca tenha se colocado como um verdadeiro empecilho à realização da acumulação em escala mundial, o Estado sempre atuou, em sucessivos ciclos de interferência, a fim de regular a dinâmica dos mercados, em geral como um parceiro e/ou uma “escala de gestão” indispensável ao bom desempenho dos fluxos comerciais e financeiros. O discurso da desterritorialização e, conseqüentemente, de uma globalização irrestrita num mundo efetivamente “sem fronteiras” vincula-se hoje, em grande parte, aos argumentos políticos daqueles que defendem o chamado projeto neoliberal.

Alguns dos movimentos que proclamam cortes ou rupturas no desenrolar da história do capitalismo vão se dar justamente no momento em que o próprio capitalismo vê suas bases ameaçadas pela emergência de Estados (terceiro-mundistas) que têm no nacionalismo sua principal arma de defesa. Justamente quando começam a se dar as vitórias nas lutas de libertação nacional frente ao colonialismo, da emergência de alianças que poderiam desestabilizar a ordem capitalista, tão próspera para uns e tão sanguinária para outros, começa a ser questionada a “validade” e a “necessidade” dos Estados nações. A melhor maneira de conter estas reações e garantir a reprodução do capitalismo seria proclamando o “fim do Estado-Nação” ou, quem sabe, o “fim dos territórios”, como nos mostram Hardt e Negri (2001: 357)

(...) que melhor maneira existe de minar o poder do nacionalismo e internacionalismo do Terceiro Mundo do que privá-lo do seu apoio central e condutor, o Estado-nação! (...) o Estado-nação, que foi a garantia da ordem internacional e a pedra angular da conquista e da soberania capitalista, tornou-se pela ascensão e organização de forças imperialistas o elemento que mais ameaçou a ordem internacional. Assim, o

imperialismo, em retirada, foi forçado a abandonar e destruir a presa do seu próprio arsenal antes que a arma pudesse ser brandida contra ele. (grifos nossos)

É neste momento que os autores anunciam o início do declínio do *imperialismo*, como momento em que a soberania do Estado-nação era a pedra angular para o projeto de expansão (econômica e política) das potências européias e que vai resultar no parcelamento do mapa mundial entre estas potências na idade moderna, e a ascensão do *Império*, que:

não estabelece um centro territorial de poder, nem se baseia em fronteiras ou barreiras fixas. É um aparelho de descentralização e desterritorialização do geral que incorpora gradualmente o mundo inteiro dentro de suas fronteiras abertas e em expansão. (...) As distintas cores nacionais do mapa imperialista do mundo se uniram e mesclaram, num arco-íris imperial global. (HARDT e NEGRI, 2001: 12)

Neste momento, começam a se anunciar também outros tipos de respostas do capitalismo organizado em defesa de seus interesses maiores e em reação aos acontecimentos que começam a emergir no seio das sociedades. Uma destas respostas é a chamada *reestruturação produtiva*.

A retomada da acumulação capitalista vai se dar por meio de uma *reestruturação* em suas bases produtivas que passam por uma restauração dos *mecanismos de comando* e uma *reestruturação do poder*. Segundo Guattari e Negri (1987: 27-28) este processo se desenvolve em duas direções:

- *Uma integração transnacional a um nível mundial, sempre mais acentuada, das relações econômicas internacionais e da subordinação a um projeto de controle policêntrico e rigorosamente planejado. (...) O comando estadual e os Estados nacionais estão assim submetidos a uma verdadeira desterritorialização.*
- *Uma reestruturação que visa o modo de produção e o conjunto das componentes da força coletiva de trabalho que nela se relacionam. Será fundamentalmente na base da informatização do social que esta desterritorialização e esta integração se tornarão possíveis.*

Ou seja, o modo de produção capitalista irá tomar como fios condutores para sua reestruturação e manutenção de poder a “integração das economias mundiais”, que se convencionou chamar de globalização, e a “reestruturação das componentes de produção”, que vão incluir a força de trabalho e o processo produtivo. Ambos passam a estar inseridos em uma informatização e automação crescentes.

Podemos perceber que fenômenos como a *emergência do neoliberalismo*, o *processo de reestruturação da produção industrial* e do trabalho, a *mundialização da economia* e a *internacionalização dos fluxos* são todos partes integrantes de uma

mesma face da moeda, sendo a outra o processo de *des-territorialização (sempre hifenizada) promovido pelo capitalismo*.

Capitalismo e territorialismo

Um dos poucos autores que propõe uma teoria em torno da relação entre capital e território (que é basicamente um território estatal) na reprodução capitalista é Giovanni Arrighi, especialmente em seu livro “O longo século XX”. (ARRIGHI, 1996 [1994]) Arrighi propõe uma distinção e mesmo uma oposição entre um processo que podemos denominar de mais desterritorializado e mais estritamente “capitalista” e outro mais territorializador e de natureza “estatista”. O autor interpreta o confronto entre a dinâmica do capital (espaço econômico) e a “organização relativamente estável do espaço político” a partir de dois “modos opostos de governo ou de lógica do poder”, duas estratégias geopolíticas, poderíamos dizer, que ele denomina de “capitalismo” e “territorialismo”.

Os governantes territorialistas identificam o poder com a extensão e a densidade populacional de seus domínios, concebendo a riqueza/o capital como um meio ou um subproduto da busca de expansão territorial. Os governantes capitalistas, ao contrário, identificam o poder com a extensão de seu controle sobre os recursos escassos e consideram as aquisições territoriais um meio e um subproduto da acumulação de capital. (p. 33)

Arrighi se pauta na regra geral marxista DMD’ para definir as fórmulas TDT’ e DTD’ em relação às duas lógicas, a capitalista e a territorialista:

Segundo a primeira fórmula, o domínio econômico abstrato, ou o dinheiro (D), é um meio ou um elo intermediário num processo voltado para a aquisição de territórios adicionais ($T'-T=+\delta T$). De acordo com a segunda fórmula, o território (T) é um meio ou um elo intermediário num processo voltado para a aquisição de meios de pagamento adicionais ($D'-D=+\delta D$). (p. 33)

Assim, enquanto no “territorialismo” o objetivo da gestão estatal é “o controle do território e da população”, sendo o controle do capital circulante um meio, no “capitalismo” a relação se inverte: “o controle do capital circulante” é o fim, “o controle do território e da população é o meio”. (p. 34) Aqui fica claro o caráter mais desterritorializador do “capitalismo”, na medida em que sua preocupação com as bases territoriais de reprodução decresce, em favor da circulação e dos fluxos. Arrighi destaca, contudo, que é muito importante tomar as duas lógicas, capitalista e territorialista, como historicamente funcionando em conjunto, “relacionadas entre si num dado contexto espaço-temporal”. (p. 34)

A origem da dialética entre capitalismo e territorialismo estaria no “subsistema regional de cidades-Estados capitalistas do norte da Itália”, na Idade Média, “‘enclaves anômalos’ que se multiplicaram no espaço político do sistema de governo medieval”. (p. 36) “O Estado mais poderoso do subsistema, Veneza, é o verdadeiro protótipo do Estado capitalista”, onde o poder estatal estava nas mãos de uma poderosa oligarquia mercantil capitalista e onde “as aquisições territoriais eram submetidas a criteriosas análises de custo-benefício”. (p. 37)

Não entraremos aqui no mérito da reconhecida contribuição do autor ao debate sobre o capitalismo financeiro, muito bem destacada por Jameson (2001, especificamente no capítulo “Cultura e capital financeiro”). Para os geógrafos, o problema básico nas reflexões de Arrighi é que, ao mesmo tempo em que ele se preocupa em discutir teoricamente a concepção de “capital” que se encontra por trás de sua “lógica de poder” capitalista, numa perspectiva sistêmica de inspiração marxista, o conceito de território ou mesmo de sua proposição mais explícita, territorialismo, parece pairar acima de qualquer imbróglio teórico.

Para Arrighi, o território, como é comum em discussões fora do ambiente geográfico, aparece como uma espécie de dado, espaço físico, base material da atividade humana. Ocorre que, neste caso, ele não é simplesmente “mais um” conceito no interior da proposta teórica do autor, mas sim um de seus componentes fundamentais, estruturais. Mesmo que Arrighi considerasse deficientes os debates sobre território, deveria se reportar aos autores que mais se empenharam na sua discussão. Ou, no mínimo, explicitar a conceituação na qual se apoiou, mesmo que fosse sua própria autoria.

Somos obrigados, também aqui, a deduzir de que “território” o autor está falando. Ou, mais ainda, a que “territorialismo” ele está se referindo, já que, pelo menos na Geografia, esta concepção tem um sentido bastante negativo e que não se refere, ou se refere apenas em parte, à interpretação proposta pelo autor. Prévert (in Brunet et al., 1993), por exemplo, define territorialismo como “mau uso da territorialidade, derivação pela qual sobrevaloriza-se um território de pertencimento, a ponto de pretender excluir toda pessoa considerada como estrangeira, e eventualmente de estendê-lo em detrimento dos vizinhos: o territorialismo tem a ver com terrorismo”. Trata-se de um território naturalizado, a-histórico, “animalizado”, como se tivéssemos naturalmente um “direito ao solo”. (p. 481)

Quando Arrighi afirma, criticando Schumpeter, que a lógica estritamente territorialista (como na China Imperial) não é “mais nem menos ‘racional’ do que uma lógica de poder estritamente capitalista”, mas apenas uma “lógica diferente”, esta diferença está pautada no fato de que “o objetivo das atividades de gestão do Estado e da guerra” é “o controle do território e da população” (p. 36). Ora, território aqui parece ter sua conotação mais banal e do senso comum, ligada a “terra”, “pedaço de chão”, e como se o território pudesse aparecer separado da população.

Em um determinado momento de sua reflexão, Arrighi complexifica sua leitura espacial (mas não propriamente “territorial”) ao propor o binômio espaço-dos-

lugares e espaço-dos-fluxos, termos muito caros, também, a Manuel Castells (1999) em sua análise da sociedade em rede:

(...) historicamente, o capitalismo, como sistema mundial de acumulação e governo, desenvolveu-se simultaneamente nos dois espaços. No espaço-de-lugares (...) ele triunfou ao se identificar com determinados Estados. No espaço-de-fluxos, em contraste, triunfou por não se identificar com nenhum Estado em particular, mas por construir organizações empresariais não territoriais que abrangiam o mundo inteiro. (p.84, grifo do autor)

Mais uma vez, deparamo-nos com uma espécie de dicotomia entre lugar e fluxo ou, em outras palavras, território e “não-território” (ou rede), processos (implícitos, no caso) de territorialização e desterritorialização. Arrighi, entretanto, faz questão de demonstrar, inclusive com exemplos de temporalidades muito distintas (genoveses no século XVI, empresas norte-americanas no final do século XX), como o capitalismo conviveu sempre com esses dois espaços. Se levarmos em conta nossa tese de que são na verdade duas concepções distintas de territorialidade, não se trata tão simplesmente de contrapor território e rede, ou “organizações territoriais” e “não-territoriais”, mas de entender as diferentes formas (“territórios-zona” e “territórios-rede”) com que elas se estruturam territorialmente ao longo do tempo.

Em outro ponto Arrighi distingue a lógica das companhias de comércio e navegação dos séculos XVII e XVIII e as multinacionais do século XX. Um dos aspectos fundamentais é justamente a sua base territorial:

(...) as primeiras eram organizações parcialmente governamentais e parcialmente empresariais, que se especializavam territorialmente, excluindo todas as outras organizações similares. As empresas multinacionais do século XX, em contraste, são organizações estritamente comerciais, que se especializam funcionalmente em linhas de produção e distribuição específicas, em múltiplos territórios e jurisdições, em cooperação e em concorrência com outras organizações similares. (p. 73, grifos do autor)

Assim, enquanto as companhias de comércio e navegação eram restritas em número, pois tinham territórios de atuação exclusivos onde não toleravam concorrência, as multinacionais admitem o princípio da “transterritorialidade”. Aqui a concepção de território parece se complexificar, e as “organizações empresariais não territoriais” globais (p. 84) passam a se organizar em “múltiplos territórios” (a “multiterritorialidade” a que aludimos em Haesbaert, 2004) ou, numa concepção mais polêmica, “transterritorialmente”.

Na verdade, o “território” que aparece na maior parte do tempo ao longo das reflexões de Arrighi não é nem o território-terra do senso comum, nem o multiterritório das empresas transnacionais, mas o território estatal ou de exercício da soberania do Estado, sua concepção a mais tradicional e restritiva. Por isto é possí-

vel distinguir territorialismo e capitalismo. Há sempre, implícita ou explicitamente colocada, uma lógica política e/ou estatal por trás do conceito de territorialismo.

Latouche (1989) é um dos autores que destaca de maneira muito explícita a força do capital ou da dinâmica econômica nos processos de desterritorialização. Ele afirma, por exemplo, que “o mais importante dos fenômenos geradores do crescimento, a acumulação do capital, em sua natureza e essência, não tem ligação com uma pátria. O território e a nação dos atores têm pouca importância para o capital”. (p. 100) Acrescenta, porém, que o conluio do capital e do Estado-nação nunca foi simplesmente um pacto selado entre dois personagens. “Transnacional em essência”, o capital nasceu para desterritorializar. Hoje, “uma política de nacionalismo econômico baseada no espaço nacional perde todo o sentido”, numa “época de desterritorialização da economia”. (p. 101) Segundo o autor:

(...) a ‘desterritorialização’ da economia não se limita ao crescimento das empresas multinacionais. (...) Ao lado do movimento dos únicos investimentos estrangeiros diretos e dos investimentos em carteira, há as joint ventures, as vendas diretas de fábricas, os contratos de licenciamento, os acordos de divisão da produção, as subcontratações internacionais. (...) Outros fenômenos como o ‘fim dos camponeses’ e a mundialização das telecomunicações contribuem também para a ruptura dos vínculos entre a economia e a base territorial. (p. 103)

Essas múltiplas faces da dimensão econômica do discurso sobre a desterritorialização mostram ainda a sua vinculação indissociável com processos de natureza mais estritamente política e cultural. É ainda Latouche quem destaca o poder que as mudanças culturais ou de “transculturização” têm sobre a economia global, ajudando a desacelerar o peso da territorialização nacional no controle da dinâmica econômica:

A ‘desterritorialização’ não é somente um fenômeno econômico que esvazia de sua substância a nacionalidade econômica, ela tem impactos políticos e culturais, enquanto que fenômenos autônomos de ‘transculturização’ têm, por sua vez, um efeito econômico e contribuem para acelerar o declínio da nacionalidade econômica. (p. 103) Com os satélites de telecomunicação e a informática, a mundialização é imediata. A padronização dos produtos culturais (...) escapa a qualquer enraizamento. (...) A perda da identidade cultural (...) contribui para desestabilizar política e economicamente a identidade nacional. (p. 105, grifos nossos)

Desterritorialização e flexibilização do capital

Ao lado de uma desterritorialização centralizada em torno de uma concepção genérica de globalização econômica encontramos uma segunda perspectiva, mais

delimitada, que leva em conta, fundamentalmente, o tipo de acumulação “flexível” instaurada a partir dos anos 1980, através do chamado capitalismo pós-fordista cunhado por meio de um processo de reestruturação do modelo de produção fordista.

Tal processo de reestruturação não rompe definitivamente com o(s) modelo(s) anterior(es), mas, ao contrário, convive perfeitamente bem com ele(s). A reestruturação vai implicar em uma série de transformações/mudanças, adaptações, remendos, inclusões e exclusões dentro do processo produtivo, sem deixar de lembrar que este inclui tanto as máquinas, equipamentos e instalações (capital fixo), quanto a força de trabalho humana envolvida (capital variável). Este ciclo de transformações vai se iniciar no momento em que, no dizer de Soja (1993: 193), “a antiga ordem está suficientemente esgarçada para impedir os remendos adaptativos convencionais e exigir, em vez deles, uma expressiva mudança estrutural”.

Este “esgarçamento” a que se refere Soja (1993), como já vimos, está em grande parte relacionado ao desgaste da íntima relação mantida entre os três “protagonistas” do processo produtivo, a saber: Capital, Trabalho e Consumo.

O momento áureo do fordismo coincide também com o auge da exploração e expropriação do trabalho nas fábricas o que, segundo Guattari e Negri (1987: 14), transforma a sociedade em algo

semelhante a uma vasta fábrica no seio da qual negociava as taxas de rendimento com a classe operária organizada em sindicatos. Esta desterritorialização dos processos produtivos, esta assimilação progressiva da sociedade à lógica do desenvolvimento capitalístico modificou fundamentalmente a qualidade do produzir. (...) a desterritorialização dos componentes produtivos operando num alto nível de abstração no seio das fábricas transpôs-se para o resto da sociedade (grifo dos autores).

Nesse momento, lembramos que, por mais despersonalizados que possam parecer os termos “capital”, “trabalho”, “consumo”, estes são constituídos por pessoas e pessoas com diferentes interesses, desejos e necessidades. Destas diferenças nascem os conflitos entre movimentos da sociedade civil organizada, o Estado e o capital, especialmente aqueles em torno de 1968.

O capital (que é formado pelos empresários capitalistas...) partirá então em busca de modificações que procurem acabar ou pelo menos atenuar alguns destes conflitos – e atacar a mobilização organizada dos trabalhadores, de maneira a garantir a continuidade do processo de produção, o que culminará com a reestruturação característica da “transição” fordismo/pós-fordismo.

Esta re-estruturação² não deixa de ser também uma reestruturação das relações de poder, intimamente ligada à perseguição de objetivos financeiros. Sua manifes-

² Preferimos aqui destacar o prefixo re- (hifenizado) para sinalizar que esta vai se desenrolar sobre uma estrutura preexistente, isto é, uma série de acréscimos, subtrações, modificações e remendos sobre algo que já existia e que permanece.

tação será percebida nas “modificações” na qualidade e no uso que passará a se fazer do espaço, em diferentes momentos pelos diferentes sujeitos envolvidos no processo. Suas escalas serão múltiplas, desde a escala da fábrica até a escala planetária (se pensarmos na DIT) e os mecanismos práticos notados como modificadores da produção irão se concentrar sobre dois focos principais:

- Em uma micro escala, dentro da própria fábrica e envolvidos diretamente no processo produtivo, as *relações de trabalho* e os *meios de comunicação/informação*;
- Em uma macro escala, através do “Capitalismo Mundial Integrado (C.M.I.), da integração transnacional a um nível mundial das relações econômicas internacionais e da sua subordinação a um controle policêntrico.” (GUATTARI e NEGRI, 1987: 27).

Mudanças nos meios e formas de comunicação e informação pode-se dizer que são mais facilmente identificáveis e talvez até classificáveis como “pré-requisitos” ao processo de *globalização* e/ou como fatores de *des-localização industrial*, sob os argumentos de ruptura de fronteiras, limites e condicionamentos locais e de uma expansão de uma dinâmica de concentração e acumulação de capitais ao nível mundial.

As transformações identificadas no mundo do trabalho podem ser observadas em diferentes escalas: a escala do corpo, a escala da fábrica e a do mercado de trabalho (local, regional e global). Estas alterações podem se manifestar por meio de uma flexibilização de carga horária, de salários e benefícios, de funções/cargos desempenhados; por reduções de quadro de funcionários (*downsizing*), devido à automação nas fábricas ou à opção por um tipo de produção mais enxuta (*just in time*); maior exigência de qualificação da mão-de-obra empregada e que esta tenha como principal característica a polivalência, isto é, possibilidade de desempenhar várias funções que exigem diferentes tipos de conhecimento, incluídos conhecimentos no campo da informática e eletrônica. Assim:

a exploração pode ser cientificamente articulada em toda a cena do social e os mecanismos de formação do lucro controlados na sua mais ampla articulação. (...) A sociedade já não está apenas subsumida ao comando do capital, ela está totalmente absorvida pelo modo de produção integrado. (...) A reestruturação capitalista não advém mecanicamente de leis mais ou menos racionais. Ela não é “científica”, ela é essencialmente repressiva. (GUATTARI e NEGRI, 1987: 28-30)

Como sabemos, a importância dada à “transição” para o pós-fordismo ou processo de acumulação flexível é clara nas interpretações materialistas da pós-modernidade, principalmente naqueles autores que, como Harvey e Jameson, consideram a pós-modernidade a “lógica cultural” do capitalismo tardio ou de acumulação flexível. Harvey constrói até mesmo um quadro no qual fica explícita a cor-

relação entre o pós-fordismo e a desterritorialização, e que pode ser sintetizado a seguir (Quadro 1).

Quadro 1. “Modernidade Fordista” e “Pós-Modernidade Flexível”

Modernidade Fordista	Pós-Modernidade Flexível
Economias de escala	<i>Economias de escopo</i>
Hierarquia/Homogeneidade	<i>Anarquia/Diversidade</i>
Habitação pública	<i>Desabrigados</i>
Capital produtivo/universalismo	<i>Capital fictício/localismo</i>
Poder estatal/sindicalismo	<i>Poder financeiro/individualismo</i>
Estado do bem-estar social	<i>Neoconservadorismo</i>
Ética/mercadoria-dinheiro	<i>Estética/dinheiro contábil</i>
Produção/originalidade	<i>Reprodução/pastiche</i>
Operário/vanguardismo	<i>Administrador/comercialismo</i>
Centralização/totalização	<i>Descentralização/desconstrução</i>
Síntese/negociação coletiva	<i>Antítese/contratos locais</i>
Produção em massa	<i>Produção em pequenos lotes</i>
Política de classe	<i>Movimentos sociais, grupos de interesse</i>
Trabalhador especializado	<i>Trabalhador flexível</i>
Indústria/ética protestante do trabalho	<i>Serviços/contrato temporário</i>
Reprodução mecânica	<i>Reprodução eletrônica</i>
Intervencionismo/industrialização	<i>Neo-liberalismo/desindustrialização</i>

Fonte: Harvey (1992:304, adaptado)

No quadro 1 assinalamos em itálico, entre as características associadas à “pós-modernidade flexível”, aquelas que dizem respeito mais diretamente a processos que, em diferentes leituras, podem estar associados à desterritorialização. Simplesmente não há nenhuma das características da modernidade que seja utilizada para corroborar discursos sobre a desterritorialização. Assim, fica claro que se trata de um fenômeno “pós-moderno” também na sua abordagem econômica.

Argumentos como a passagem de uma economia de escala para uma de escopo ou de uma produção em massa para uma em pequenos lotes caracteriza uma mudança de paradigma territorial, mas não uma desterritorialização em sentido estrito. Nos primeiros casos (economia de escala e produção em massa) a característica marcante que se encontrava nas plantas industriais era seu tamanho/dimensão, pois era necessário um grande espaço para o estoque de matérias-primas e produtos acabados. Além disso, a demanda por localização girava em torno tanto do mercado fornecedor quanto do mercado consumidor, o que levava a uma procura específica por determinados pontos do território.

Como exemplo para ilustrar tal exposição temos a tão citada região do ABC paulista³, que chama atenção pela grande concentração industrial e pelo porte das empresas aí instaladas. Contudo, no caso das economias de escopo e produção em lotes menores, a presença destas empresas no território já toma um outro sentido. Uma economia de escopo significa uma produção de acordo com a demanda, isto é, sem grandes estoques de produtos prontos que implicam em capital parado. Só é produzido o que já está vendido ou prestes a sê-lo, é a chamada produção por encomenda e que implica também na compra de matérias-primas sem gastos e acúmulos desnecessários. Este tipo de empresa vai exigir uma planta significativamente menor e assim menos espaço para sua instalação.

O argumento de empresa desterritorializada gira em torno de uma produção apoiada pelas técnicas da informação e comunicação e pela automação no processo de fabricação, fatores que não eliminam o fato dos produtos terem que chegar e sair da fábrica, bem como os funcionários, mesmo que sejam poucos. Por isso, esta “nova” fábrica vai se apoiar basicamente na logística como um elemento de destaque, que não deixa de ser uma forma específica de apropriação do território. Nos casos anteriores, esta apropriação se dava por meio da fixação de limites bem definidos e mercados também bem definidos. Agora a apropriação se dá por outros meios, por meio de redes, de fluxos e pontos, muitas vezes até segmentados, mas que não deixam por isso de ser territoriais.

Storper (1994) é um dos poucos geógrafos que desenvolve de maneira explícita um conceito de desterritorialização de base econômica, onde destaca principalmente o fator “localização”:

Uma atividade pode ser definida como territorializada quando sua efetivação econômica depende da localização (dependência do lugar) e quando tal localização é específica de um lugar, isto é, tem raízes em recursos não existentes em muitos outros espaços ou que não podem ser fácil e rapidamente criados ou imitados nos locais que não os têm.

Em consequência, a diminuição desta dependência das atividades econômicas em relação às suas localizações ou aos recursos e às especificidades do “lugar” (tomado aqui num sentido locacional), levaria à desterritorialização. O autor destaca, porém, que “a internacionalização não está eliminando a territorialização, mas pode, ao contrário, ser sustentada por ela em certos aspectos”, não havendo nenhuma correspondência automática entre internacionalização e desterritorialização. Para ele, “parece que certas atividades produtivas-chave, notadamente as de maiores conteúdos de especialização, conhecimento ou tecnologia, continuam fortemente enraizadas em áreas territoriais centrais (...)”. (p. 15) Em compensação, ati-

³. Agora também D G O, pois inclui os municípios de Diadema, Guarulhos e Osasco como parte da área de expansão da indústria na Grande São Paulo.

vidades mais “tradicionais”, especialmente aquelas que incorporam força de trabalho de baixa qualificação e salários baixos, seriam mais suscetíveis à “fluidez” locacional.

Num trabalho mais recente, Storper (2000) identifica, entre o que ele chama de quatro níveis da globalização, “a globalização através da desterritorialização (cadeias de *commodity* globais)”, onde manufaturas e serviços básicos são facilmente deslocáveis, pois não exigem muitos requisitos para sua instalação, ou seja, “têm um baixo nível de territorialização e um alto nível de fluidez internacional”. (p. 49) Essas atividades se realizariam através de “redes desterritorializadas”, na medida em que envolvem um nível restrito de *place-specific assets* (vantagens específicas de um local), isto é, de “vantagens físicas ou intangíveis que se encontram enraizadas no ambiente de locais particulares, impedindo a transferência da produção para outros lugares”. (p. 49) Ele comenta também a importância desta “desterritorialização”, especialmente em termos do impacto que provoca nos mercados de trabalho de países periféricos, acirrando a competição por salários baixos e aumentando as desigualdades sociais.

Nesse discurso, a desterritorialização de ênfase econômica adquire sua conotação mais específica, associada basicamente ao comportamento “multilocacional” das grandes empresas, tanto no sentido mais geral de maior flexibilidade de localização quanto no sentido de sua articulação interna e na relação com outras empresas, capazes que são de gerenciar a produção através da subcontratação em redes “flexíveis” com outras empresas localizadas em diferentes cantos do planeta.

É verdade que as possibilidades de localização se ampliaram dentro da nova estrutura de produção. Maiores opções, maior flexibilidade de localização, especialmente aquelas proporcionadas pelos novos circuitos de comunicação e transporte, não significam, entretanto, uma localização livremente estabelecida. Justamente esta maior flexibilidade (dependendo do setor) fez com que outros fatores passassem a ser considerados nas políticas de localização.

Políticas a nível nacional, regional e local, bem como dados de infra-estrutura (agora sobrevalorizando a infra-estrutura técnico-informacional), continuam fundamentais na opção das empresas por esta ou aquela localização. Além disso, a redução ou mesmo ausência de barreiras tarifárias e a disponibilidade de força de trabalho barata e não organizada continuam centrais, especialmente naqueles setores considerados por Storper como setores “desterritorializados”. Finalmente, fenômenos como a chamada “guerra dos lugares” (Santos, 1996), para oferecer as condições mais vantajosas em termos de subsídios, infra-estrutura, mão-de-obra e imagem, mostram que o espaço – e o território – em vez de diminuir sua importância, muitas vezes amplia seu papel estratégico, justamente por concentrar ainda mais, em pontos restritos, as vantagens buscadas pelas grandes empresas, e pela intensificação da diferenciação de vantagens oferecidas por cada sítio.

A articulação da globalização com “regionalizações” e especificidades econômicas territoriais locais aparece de maneira enfática na seguinte reflexão de Pierre Veltz (1996):

Do ponto de vista geográfico, a globalização não é o aparecimento de uma rede de unidades perfeitamente interdependentes, substituíveis (...) e sem ligações com os territórios. O processo de globalização toma formas geográficas muito variadas. Ele pode se apoiar sobre uma divisão do trabalho expandida no seio de uma rede muito ampla. Mas ele pode também se fixar em concentrações privilegiadas e em mecanismos de ‘regionalização’ (em diversas escalas). Isto por duas razões, que estão no centro de uma mesma problemática (...): primeiro, porque a globalização, como estratégia do domínio (e não da supressão) da diversidade, supõe uma articulação fina com as especificidades locais dos mercados e mais geralmente dos contextos sócio-políticos; em seguida, porque as interações de base territorial se tornam outra vez, no contexto atual de competição por diferenciação, um fator essencial de performance. (p. 111-112, grifos nossos)

Tais elucidações só vêm corroborar a idéia de que o que se observa e o que os defensores da desterritorialização econômica tanto apregoam não é na realidade um “desapego” espacial, ou como querem alguns, o fim do território como parte integrante e fundamental no processo de produção de mercadorias e reprodução do capital. O que se observa hoje são territorialidades se construindo e se desfazendo praticamente com a mesma rapidez com que se dão as transformações no mundo da produção industrial. Em outras palavras, talvez o processo de reestruturação produtiva (ou, por que não, des-re-estruturação produtiva) em curso nas últimas décadas, participe da formação de territórios muitas vezes tão instáveis que passam a ser confundidos com sua própria ausência.

Isso acaba por levar a interpretações simplistas ou unidimensionais da desterritorialização, já que, vistas desse modo, tanto as empresas quanto a sua produção tornam-se “flexíveis” e suas territorialidades passam a ser “fluidas”, o que faz pensar que podem se reproduzir da mesma maneira em qualquer parte do globo terrestre e em qualquer momento. Na verdade, a maior parte dos artifícios utilizados pelas empresas para dinamizar a produção e torná-las “desterritorializadas” ou “desterritorializáveis” implica em um profundo (re)ordenamento do território, tanto daquele que elas estão deixando, quanto do que as acolhe, todo este processo se mostrando então, na verdade, como uma des-re-territorialização.

É interessante verificar como é complexo e ambíguo o discurso sobre a desterritorialização mesmo no interior de uma mesma perspectiva, como a que privilegia a dimensão econômica da sociedade. Assim, exatamente no extremo oposto ao das atividades econômicas mais tradicionais, onde Storper identifica sua desterritorialização, encontra-se outra abordagem, aquela que percebe a desterritorialização econômica vinculada aos circuitos do capital financeiro globalizado.

Desterritorialização e domínio do capital financeiro

Se partirmos da definição de território de Robert Sack (1986), que está baseada no controle da acessibilidade, é evidente que os circuitos econômicos, especialmente os financeiros, são aqueles que geram algumas das redes menos “territorializadas” e, conseqüentemente, mais globalizadas e fluidas do planeta. Para os mais radicais, como O’Brien (1992), elas levam mesmo a um “fim da geografia”, com a expansão das redes financeiras instantaneamente ativadas em escala global.

É muito interessante verificar que um dos primeiros discursos explícitos sobre desterritorialização tem essa vinculação com os fluxos do capital financeiro. Henri Lefebvre (Lefebvre, 1984) foi um dos primeiros autores a utilizar o termo “desterritorializado” (entre aspas, é importante ressaltar), referido à realização da mais-valia dentro da dinâmica em rede do sistema bancário internacional:

(...) a realização da mais-valia deixou de ocorrer unicamente no interior de uma área próxima do ponto de produção confinado a um sistema local de transações bancárias. Em vez disso, este processo tem lugar através de uma rede bancária mundial como parte das relações abstratas (a manipulação da palavra escrita) entre agências econômicas e instituições. A realização da mais-valia tem sido, podemos dizer, “desterritorializada”. O espaço urbano, embora ele tenha assim perdido seu antigo papel neste processo, continua entretanto assegurando a manutenção de ligações entre os vários fluxos envolvidos: fluxos de energia e trabalho, de mercadorias e capital. A economia pode ser definida, falando de modo prático, como a ligação entre fluxos e redes (...). (p. 400-401)

Longe de advogar o “fim da Geografia”, entretanto, Lefebvre acaba formulando aquela que é uma das contribuições mais bem sucedidas em relação à dimensão espacial na Filosofia e nas Ciências Sociais. Desterritorialização como “conquista” ou “anulação” do espaço significa sempre, também e, sobretudo, uma nova produção do espaço.

O discurso do “fim da Geografia” só vai aparecer bem mais tarde, nos anos 90, quando se imagina que a propalada fluidez global fará sucumbir as barreiras da distância (Virilio, 1997; Cairncross, 2000[1997]), promovendo os mercados “livres” instantaneamente conectados. Neste sentido, uma crítica muito consistente sobre a desterritorialização relativa ao chamado “fim da geografia” através dos mercados financeiros é aquela feita pelo geógrafo político Gerard Ó Tuathail (1998b).

Ó Tuathail parte de três argumentações gerais sobre a desterritorialização vinculada à integração financeira global. A primeira se refere ao caráter ideológico dos discursos da desterritorialização, compondo a interpretação formulada pelo próprio capitalismo informacional em torno das virtudes da liberdade proporcionada por mercados abertos e transparentes estimuladores da expansão das capacidades humanas. A segunda é que, em vez de se tratar apenas de desterritorialização, o

que ocorre é “um rearranjo do complexo identidade-fronteira-ordem que dá ao povo, ao território e à política o seu significado no mundo contemporâneo”. (p. 143) Não é apenas o fato de que a des-territorialização ocorre conjuntamente com a re-territorialização, mas também que “ambas são partes de processos contínuos e generalizados de territorialização”. (p. 143) Por fim, Ó Tuathail argumenta que o mapa geopolítico é hoje ao mesmo tempo mais integrado ou conectado e mais dividido e des-locado, em função das desigualdades crescentes e das tendências dominantes em termos da informatização globalizada. A cidade global do nosso tempo compõe um imenso apartheid social entre conectados e desconectados.

Contribuíram para esta “desterritorialização” financeira global o fim do sistema de Bretton Woods, no início dos anos 70, que atrelava o dólar ao padrão-ouro, a desregulação dos mercados financeiros no final dos anos 70 e 80 e a introdução das tecnologias da informática, permitindo e acelerando as transações *online*, num mercado funcionando 24 horas por dia, além da emergência de novos atores e produtos (fundos de pensão, derivativos, securitização). Para Ó Tuathail, entretanto, todas estas mudanças não significam o caminho inexorável rumo ao “fim da Geografia” que:

(...) é implicitamente uma tese sobre mercados e de como os mercados financeiros globais estão evidentemente destinados a se aproximarem do “mercado perfeito” – um mercado caracterizado pela completa transparência, não fricção de integração e perfeita informação – invocado pelos atuais teóricos da área. (p. 146)

Entre os autores que mais radicalizaram o discurso da desterritorialização como consequência direta do processo de globalização econômica, estão Kenichi Ohmae, “guru” de muitos globalistas e ex-consultor de corporações transnacionais que escreveu “O mundo sem fronteiras” (Ohmae, 1990) e “O fim do Estado nação” (Ohmae, 1996[1995]), e o já comentado Richard O’Brien (1992), com sua controvertida tese da integração financeira global e o “fim da Geografia”.

Ohmae e O’Brien trabalham claramente a serviço do ideário econômico dominante que promove o livre mercado e a “extinção” dos entraves impostos pelo Estado nação. Aqui, portanto, o discurso do fim das fronteiras e do fim dos territórios (dos Estados-nações) tem uma clara conotação normativa, não se tratando tanto de compreender o que está ocorrendo mas de defender o que deve ser construído: para uma competitividade ideal, para um capitalismo “perfeito”, a erradicação das fronteiras e mesmo do Estado é o cenário a ser privilegiado.

Mas é interessante perceber que não se trata de uma desconsideração para com outros fatores geográficos, como a proximidade, por exemplo. Nas palavras do próprio Ohmae:

Mesmo numa era voltada para a informação, trabalhadores qualificados, redes extensas de fornecedores e assim por diante – os ingredientes do que Porter [Michael

Porter em “A vantagem competitiva das nações”] denomina o “diamante” da competitividade – funcionam de fato melhor quando geograficamente próximos. (...) Entretanto, não se conclui automaticamente que, para serem eficazes, tais agrupamentos geográficos tenham de coexistir dentro das fronteiras de um Estado-nação individual e, portanto, participar do mesmo interesse nacional. (...) esses agrupamentos necessários funcionam igualmente bem – e talvez ainda melhor – quando transcendem as fronteiras políticas e, assim, são livres do ônus do interesse nacional. (OHMAE, 1996:58-59)

A partir do almejado fim do Estado nação, Ohmae defende a emergência de entidades espaciais puramente econômicas, os “Estados-regiões”, que só acidentalmente se enquadram no interior de fronteiras nacionais. Trata-se de unidades econômicas ótimas para o investimento estrangeiro num mundo globalizado sem entraves geográficos. Ainda assim, para esta otimização ao grande capital, seriam Estados-regiões geograficamente definidos, “suficientemente pequenos para seus cidadãos compartilharem de interesses como consumidores, mas de tamanho suficiente para justificar economias não de escala (...) mas de serviços – a saber, a infra-estrutura de comunicações, de transportes e de serviços profissionais essenciais à participação na economia global” (p. 84). Até mesmo uma faixa média de número de habitantes é proposta.

O’Brien também associa sua tese do fim da Geografia com competição, mas admite a persistência (necessária, até certo ponto) de mecanismos reguladores “territorializados”, como o da política estatal ou de entidades supranacionais como a União Européia. Vinculando geografia e localização, ele afirma que “localização” continuará a ter importância enquanto subsistirem barreiras físicas, enquanto viajar significar dispêndio de tempo e enquanto persistirem diferenças sociais e culturais, o que, podemos acrescentar, certamente nunca deixará de ocorrer. Mesmo para o sistema financeiro globalizado diferenças locais/nacionais (em taxas cambiais e de juros, por exemplo) permanecem extremamente relevantes.

Para O’Brien, entretanto, o “fim da geografia” vinculado à perda de poder do Estado sobre o controle de fluxos econômicos, especialmente o fluxo de capitais, e sobre as grandes corporações transnacionais, é um fato, e ele defende essa desregulação dos mercados financeiros, bem como a construção de mercados “livres”, por considerá-los mais eficientes e racionais.

Nesse sentido, afirma Ó Tuathail, o discurso da desterritorialização aparece como parte integrante da ideologia neoliberal, especialmente na medida em que desvaloriza o poder “limitado” (territorialmente) do Estado e enaltece as virtudes da fluidez dos mercados. Quer dizer, tratar-se-ia menos de um discurso intelectualmente bem articulado e mais de um discurso de fundo político, estrategicamente adaptado aos interesses dos projetos neoliberais.

Sobre a ausência, nessas argumentações, do debate sobre a dinâmica concomitante de reterritorialização, O’Tuathail é enfático: “A integração financeira global, na verdade, produziu um novo complexo geopolítico de território, tecnologia,

Estados e mercados em escala global”, tendo como eixo básico uma série de centros financeiros globais. Por fim, a volatilidade e alta seletividade espacial do capital financeiro dissemina a exclusão de amplas áreas do planeta, incapazes de construir a indispensável infra-estrutura e as condições sócio-econômicas para a sua reprodução, ou capazes de manter o capital puramente especulativo durante curtos períodos de tempo.

Mesmo no que se refere ao fluxo de capitais “em tempo real” e à “extraterritorialidade” (como denominam alguns) dos paraísos financeiros, não é de desterritorialização que se trata, mas de uma nova territorialidade, aquilo que denominamos aqui de “territórios-rede”. Como afirma Machado (1996) a partir da análise da atual dinâmica econômico-territorial do capital financeiro globalizado, especialmente em relação à “territorialidade específica” dos paraísos fiscais (*offshore heavens*), as mudanças indicam que:

(...) o sistema está chegando a um outro nível de complexidade, onde o conceito de “território” não poderá mais se fundamentar exclusivamente nos princípios da geometria euclidiana de superfície plana, contínua (terrestre) e de extensão de superfície. (p. 62)

Seja como discurso ideologicamente comprometido, seja como avaliação setorial de processos como flexibilização “pós-fordista”, fluidez do mercado financeiro (e domínio da imaterialidade do “capital fictício”) e/ou deslocalização de atividades produtivas, a desterritorialização numa leitura de natureza predominantemente econômica normalmente é tratada de forma extremamente parcial e subentendendo uma perspectiva unilateral (economicista) e a-histórica de território⁴.

Finalizando, é muito interessante verificar que nenhuma dessas perspectivas focaliza a desterritorialização como processo de exclusão sócio-espacial (Haesbaert, 1995). A exclusão – ou “inclusão precária”, como prefere Martins (1997) –, em sua dimensão sócio-econômica, deve-se justamente à “flexibilização” do capital pela incorporação de novas tecnologias poupadoras de mão de obra e pela precarização das relações de trabalho, à acumulação de capital concentrada no setor financeiro-especulativo, cada vez mais divorciada do setor produtivo, e à crise do Estado de bem-estar social que não atua mais como válvula de escape em épocas de crise econômica, seja com garantias securitárias, seja com a própria geração de empregos.

Podemos então concluir afirmando que, se existe uma desterritorialização do ponto de vista econômico, ela está muito mais ligada aos processos de expropriação, precarização e/ou exclusão inseridos na lógica de acumulação capitalista do que nas simples esferas do capital “fictício”, da deslocalização das empresas ou da flexibilização das atividades produtivas. É preciso, antes de mais nada, distinguir

⁴ A esse respeito, ver Haesbaert (2002).

des-territorialização (sempre hifenizada) “por quem” e “para quem”. Geralmente esses discursos da desterritorialização – seja da globalização do capitalismo (de acumulação flexível), da fluidez do capital financeiro ou da “deslocalização” das grandes empresas – servem apenas para ocultar a real desterritorialização, a daqueles que, submetidos a essa “liberalização improdutiva” e à flexibilidade das relações de trabalho, acabam não tendo emprego ou sendo obrigados a subordinar-se a condições de trabalho cada vez mais precarizadas.

O MITO DA DESTERRITORIALIZAÇÃO ECONÔMICA

Resumo: Este artigo coloca em questão os discursos em voga sobre a desterritorialização em sua perspectiva econômica, seja como sinônimo de globalização capitalista (a “sociedade em rede”), como produto do capitalismo pós-fordista ou de acumulação flexível (implicando a deslocalização das empresas) ou vinculado mais estritamente ao setor financeiro e os circuitos informacionais do “ciberespaço”.

Palavras-chave: Território, Desterritorialização, Globalização, Capitalismo flexível

THE MYTH OF ECONOMIC DETERRITORIALIZATION

Abstract: This paper argues on the running discourses about deterritorialization in its economic approaches, it means, as synonymous of capitalistic globalization (the “network society”), as product of flexible capitalism (involving “delocalization”) or, more strictly, as informational circuits of financial markets reproduction.

Keywords: Territory, Deterritorialization, Globalization, Flexible Capitalism.

BIBLIOGRAFIA

- ARRIGHI, G. 1996 (1994). *O longo século XX*. Rio de Janeiro: Contraponto, São Paulo: UNESP.
- BRUNET, R. et al. (1993). *Les mots de la Géographie : dictionnaire critique*. Montpellier: Reclus ; Paris : La Documentation Française.
- CAIRNCROSS, F. (2000 [1997]) *O Fim das Distâncias: como a revolução nas comunicações transformará nossas vidas*. São Paulo: Nobel.
- CASTELLS, M. (1999 [1996]). *A Sociedade em Rede (A Era da Informação, vol. 1)*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- DELEUZE, G. e GUATTARI, F. s/d. (1972) *O Anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia*. Lisboa: Assírio & Alvim.
- FERREIRA, A . 2003. *A emergência do teletrabalho e as novas territorialidades na Cidade do Rio de Janeiro*. Tese de Doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo, Departamento de Geografia.
- GUATTARI, F. e NEGRI, A. (1987). *Os novos espaços de liberdade*. Coimbra: Centelha.
- GUATTARI, F. e ROLNIK, S. (1986). *Micropolítica: Cartografias do Desejo*. Petrópolis: Vozes.

- HAESBAERT, R. (1995). "Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão". In: Castro I. et al. (orgs.) *Geografia: Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.
- _____. (2002). "Concepções de território para entender a desterritorialização". In *Território Territórios*. Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGeo – UFF/AGB. Niterói.
- _____. (2004). *O mito da desterritorialização*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- HARDT, M. e NEGRI, A. (2001). *Império*. Rio de Janeiro: Record.
- HARVEY, D. (1992). *A Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Loyola.
- HIRST, P. e THOMPSON, G. 1998 (1996). *Globalização em questão: a economia Internacional e as possibilidades de governabilidade*. Petrópolis: Vozes.
- JAMESON, F. 1996 (1984) *Pós-Modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Ática.
- _____. *A Cultura do Dinheiro : ensaios sobre a globalização*. Petrópolis: Vozes.
- LATOUCHE, S. (1989). *L'Occidentalisation du Monde: essai sur la signification, la Portée et les limites de l'uniformisation planétaire*. Paris: La Découverte.
- LEFEBVRE, H. 1984 (1974). *La production de l'espace*. Paris: Anthropos.
- MACHADO, L. (1996). "O comércio ilícito de drogas e a geografia da integração financeira: uma simbiose?" In: Castro, I. et al. (orgs.) *Brasil: questões atuais da reorganização do território*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- MARTINS, J. S. (1997). *Exclusão Social e a Nova Desigualdade*. São Paulo, Paulus.
- MARX, K. (1984). *O Capital. Vol. 1, tomo 2*. São Paulo: Abril Cultural. (Col. Os Economistas).
- MARX, K. e ENGELS, F. 1998 (1848). *Manifesto Comunista*. São Paulo: Boitempo.
- O'BRIEN, R. (1992). *Global financial integration: the end of Geography*. N. York: The Royal Institute of International Affairs and Council on Foreign Relations Press.
- OHMAE, R. (1990). *The borderless world: power and strategy in the interlinked economy*. Londres: Collins.
- _____. (1996 [1995]). *O Fim do Estado Nação : a ascensão das economias regionais*. Rio de Janeiro: Campus.
- O'TUATHAIL, G. (1998). "Political Geography III: dealing with deterritorialization". *Progress in Human Geography* 22(1).
- SACK, R. (1986). *Human Territoriality: its theory and history*. Cambridge: Cambridge University Press.
- SANTOS, M. (1996). *A Natureza do Espaço*. São Paulo: HUCITEC.

- SOJA, E. (1993). *Geografias Pós-Modernas: A reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Trad. (da segunda ed. inglesa) Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- STORPER, M. (1994). Territorialização numa economia global: possibilidades de desenvolvimento tecnológico, comercial e regional em economias subdesenvolvidas. In: Lavinias, L., Carleial, L. e Nabuco, M.R. (org.) *Integração, região e regionalismo*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.
- _____. (2000). Globalization and knowledge economy: leveraging global practices. In: Dunning, J. (ed.) *Regions, Globalization and the Knowledge-based economy*. Oxford: Oxford Univ. Press.
- VELTZ, P. (1996). *Mondialisation, villes et territoires: l'économie d'archipel*. Paris : PUF.
- VIRILIO, P. (1997). Fin de l'histoire, ou fin de la géographie? Un monde surexposé. *Le Monde Diplomatique*, ago., p. 17.